CENTRO UNIVERSO BELO HORIZONTE
CURSO DE PSICOLOGIA

ELIETE RODRIGUES LEITE
EMANUELLE VITÓRIA BATISTA DE SOUSA
JÚLIA MARIANO ARISIO DE CARVALHO
LUCAS MACHADO NUNES ARAUJO
STEPHANIE GONÇALVES PINHEIRO DE PAULA
VIVIANE LIMA GUERRA

ENTRE A PONTE E A CLÍNICA: A PSICOLOGIA NA ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR DA SEGURANÇA PÚBLICA

Professor orientador: Dr. Francesco Napoli

BELO HORIZONTE
2026

ENTRE A PONTE E A CLÍNICA: A PSICOLOGIA NA ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR DA SEGURANÇA PÚBLICA

Between the bridge and the clinic: psychology in health care for public security workers

Eliete Rodrigues Leite; Emanuelle Vitória Batista de Sousa; Júlia Mariano Arisio De Carvalho; Lucas Machado Nunes Araujo; Stephanie Gonçalves Pinheiro de Paula; Viviane Lima Guerra

Professor orientador: Dr. Francesco Napoli

RESUMO

Este artigo analisa como psicólogos de uma Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor (DAS) delimitam o acolhimento e o acompanhamento institucionais em relação à psicoterapia. O estudo qualitativo e exploratório examina quatro entrevistas semiestruturadas por meio de análise de conteúdo temática. A interpretação se apoia na Psicologia Institucional de Marlene Guirado e no pensamento complexo de Edgar Morin. A discussão se organiza em cinco eixos: a função de acolher e articular o acesso à rede; o uso de recursos clínicos; a posição de psicólogo e servidor; as relações entre trabalho e sofrimento; e os limites da rede e da organização do serviço. Os participantes convergem ao descrever a psicoterapia como externa à oferta regular da DAS, mas divergem quanto ao alcance das intervenções e ao lugar de uma eventual psicoterapia no serviço. Os relatos sugerem que a delimitação depende da finalidade do atendimento, das condições de acesso à rede e da posição institucional de quem escuta. Discutir esses critérios em equipe pode dar maior clareza ao serviço oferecido e à continuidade do cuidado.
Palavras-chave: psicologia institucional; pensamento complexo; saúde do trabalhador; segurança pública; escuta clínica.

ABSTRACT

This article examines how psychologists at a Directorate for Public Employee Health (DAS) distinguish institutional intake and follow-up from psychotherapy. This exploratory qualitative study uses thematic content analysis of four semi-structured interviews. The interpretation draws on Marlene Guirado's institutional psychology and Edgar Morin's complex thought. The discussion addresses five themes: intake and referral to the care network; the use of clinical resources; psychologists' dual position as practitioners and public employees; links between work and distress; and constraints within the service and the care network. Participants agree that psychotherapy falls outside the DAS's regular remit, but differ in how far interventions should go and whether psychotherapy should be offered within the service. The accounts suggest that the boundary depends on the purpose of the encounter, access to the care network, and the institutional position of the practitioner. Team discussion of these criteria could clarify the role of the service and support continuity of care.
Keywords: institutional psychology; complex thought; occupational health; public security; clinical listening.

1 INTRODUÇÃO

Os relatos de profissionais que acolhem servidores da segurança pública põem em relação ao sofrimento de quem procura ajuda, as condições de trabalho e a possibilidade de acesso ao

cuidado. Este artigo examina esse encontro em uma Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor (DAS) vinculada a uma secretaria estadual de justiça e segurança pública. Nas entrevistas, o núcleo de atenção biopsicossocial é descrito como um espaço de acolhimento, orientação, encaminhamento e acompanhamento. Os profissionais atribuem ao serviço a tarefa de facilitar o acesso ao tratamento, embora descrevam intervenções de alcances distintos quando o servidor permanece em sofrimento ou não consegue atendimento na rede.

1.1 Objeto de pesquisa

O objeto de pesquisa é a delimitação entre acolhimento e acompanhamento institucionais e psicoterapia, tal como construída nos relatos de quatro profissionais de Psicologia da DAS. A diretoria é o campo do estudo, e as entrevistas constituem o material empírico. O recorte incide sobre a maneira como os profissionais descrevem suas atribuições, justificam decisões de manejo e distinguem seu trabalho daquele realizado pelos serviços aos quais encaminham os servidores.

1.2 Problema de pesquisa e objetivo

A tensão que dá origem ao problema aparece quando uma escuta orientada ao encaminhamento também produz vínculo, suscita intervenções e, em alguns casos, se prolonga enquanto o acesso ao tratamento permanece incerto. Essa tensão ganha um caráter próprio na DAS: quem escuta e quem é escutado mantêm vínculo com a mesma organização, condição que favorece o conhecimento do trabalho e pode suscitar dúvidas sobre o sigilo.

Como os psicólogos da DAS delimitam, em seus relatos, o acolhimento e o acompanhamento institucionais em relação à psicoterapia, e que condições de trabalho e de acesso à rede tensionam essa delimitação?

O objetivo é analisar as convergências e divergências entre os profissionais sobre o alcance de sua atuação e interpretar como a posição de psicólogo e servidor, a organização da diretoria e os limites de acesso à rede participam dessa definição. A questão tem implicações para a formação de psicólogos e para a discussão, em equipe, dos critérios de acompanhamento e encaminhamento.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

2.1 A Psicologia como instituição em Marlene Guirado

Em Psicologia institucional: o exercício da psicologia como instituição, Guirado (2009, p. 323-328) propõe compreender a Psicologia Institucional como um modo de pensar e exercer a Psicologia. Nessa perspectiva, uma instituição se constitui nas relações que se repetem e ganham legitimidade, a ponto de seus modos de agir e de distribuir lugares parecerem naturais. A ação dos agentes e da clientela produz e reproduz essas relações. Por isso, tanto o consultório quanto um atendimento em uma organização pública podem ser examinados em sua dimensão institucional.

O discurso participa da constituição dessas relações: dizer o que o serviço oferece, quem pode demandá-lo e a quem cabe dar continuidade ao cuidado também distribui expectativas e responsabilidades. Na DAS, interessa observar como os entrevistados situam o psicólogo, o servidor, as chefias e a rede ao descrever o acolhimento. Nos termos de Guirado (2012, p. 48), a saúde do servidor pode ser lida como o objeto institucional da DAS: algo imaterial, em nome do qual o serviço se exerce e sobre o qual reivindica legitimidade. Lida desse modo, a fronteira entre acolhimento e psicoterapia envolve também a definição de qual serviço responde por qual parte do cuidado. O objeto específico deste estudo é como se constrói, nos relatos, a fronteira entre modalidades de cuidado nesse domínio.

A metáfora do sujeito-dobradiça articula a singularidade das histórias de relação aos lugares que os sujeitos ocupam em práticas institucionais (Guirado, 2009, p. 329-330). A expressão surgiu em um livro de 1995 da autora (Guirado, 2012, p. 136) e foi apresentada, pouco depois, como um conceito capaz de dar movimento à inserção institucional e à singularidade do sujeito (Guirado, 1997, p. 146). Guirado adverte que ela não designa um sujeito especial, sobreposto ao sujeito psíquico ou à pessoa. Trata-se de uma imagem para pensar a relação entre contexto e singularidade em uma situação de fala: como a dobradiça de uma porta, a análise acompanha o movimento do que cada um diz e indica, ao mesmo tempo, o regime discursivo em que essa fala acontece (Guirado, 2012, p. 136-137). Viaro, Guirado e Albanese (2016, p. 277) a descrevem como um operador conceitual que acrescenta à subjetivação descrita por Foucault a singularidade de uma história de vida. Ela ajuda a interpretar como trajetórias profissionais distintas ganham expressão diante de atribuições partilhadas. A metáfora também orienta a leitura do servidor que procura a DAS: a confiança na escuta se constitui em uma relação situada, que pode reeditar expectativas formadas em outros encontros com a organização. O conceito

funciona, portanto, como operador de leitura das posições e relações, e não como um atributo fixo do profissional.

2.2 Complexidade e transdisciplinaridade em Edgar Morin

Em Desafios da transdisciplinaridade e da complexidade, Morin (2007, p. 22-25) critica a fragmentação que impede reconhecer os vínculos entre dimensões de um mesmo fenômeno. Seu argumento, formulado no contexto do ensino, oferece uma chave para examinar o cuidado ao servidor: a escuta psicológica, as condições de trabalho e o acesso a serviços de saúde precisam ser postos em relação para que se compreenda a continuidade do cuidado. A composição multiprofissional é uma condição favorável à articulação, mas a presença de diferentes profissões, por si só, não demonstra uma prática transdisciplinar.

Três princípios orientam a leitura dos relatos. O dialógico permite examinar como elementos complementares podem entrar em tensão: a escuta que sustenta o encaminhamento também pode produzir um vínculo que prolonga o acompanhamento. O recursivo chama atenção para processos cujos efeitos retroagem sobre as condições que os produziram; no campo estudado, permite perguntar como experiências de adoecimento, afastamento e retorno se relacionam com a organização do trabalho. O hologramático inspira a investigar como aspectos da organização mais ampla reaparecem no encontro singular, por exemplo, nas expectativas de que a chefia possa ter acesso ao que foi dito (Morin, 2007, p. 25-26).

Guirado e Morin cumprem funções distintas na análise. A primeira permite examinar os lugares e as relações de poder que se constituem nas falas; o segundo ajuda a relacionar as dimensões clínicas, organizacionais e assistenciais sem reduzi-las a uma explicação única. A incompletude do conhecimento, discutida por Morin (2007, p. 27), orienta a cautela interpretativa diante de relatos parciais. Ela não deve ser confundida com a insuficiência de vagas, pessoal ou instrumentos de registro, que são condições concretas a investigar.

3 MÉTODO

Trata-se de estudo qualitativo, exploratório, baseado em quatro entrevistas semiestruturadas com profissionais de Psicologia que atuam na DAS. O roteiro abordou a trajetória profissional, o ingresso do servidor no serviço, o acolhimento, o manejo das demandas, os encaminhamentos, a condição de ser também servidor público e os limites institucionais percebidos. As gravações têm duração aproximada de 53 a 66 minutos.

Na análise de conteúdo temática, orientada por Bardin (2016), a leitura das entrevistas e o agrupamento de trechos por proximidade de sentido organizaram a discussão em cinco eixos. A interpretação comparou o modo como os participantes descrevem um mesmo aspecto do serviço e examinou também posições divergentes. A contribuição de Guirado orientou a leitura das posições assumidas nos relatos, sem que isso corresponda à adoção da Análise Institucional do Discurso como técnica de análise do corpus. Essa escolha encontra apoio na própria autora, que, ao discutir o psicodiagnóstico, situa sua proposta menos na criação de técnicas do que em uma perspectiva de posicionamento e de leitura do atendimento (Guirado, 2005, p. 27).

Os quatro participantes consentiram em participar do estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O corpus foi constituído por transcrições automáticas preliminares. Os resultados são apresentados em paráfrases, identificadas pelos códigos P1 a P4. Foram omitidos nomes, detalhes de trajetória e circunstâncias de casos que não eram necessários à análise. A codificação reduz a exposição dos participantes, mas uma equipe pequena ainda pode permitir a identificação indireta. O estudo analisa relatos de práticas; não se baseia em observação de atendimentos, auditoria de protocolos ou avaliação de desfechos clínicos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A função de ponte entre o servidor e a rede

Os quatro participantes descrevem o acolhimento e a orientação para acesso ao cuidado como funções da DAS e situam a psicoterapia fora da oferta regular (P1–P4). A metáfora da ponte, presente no relato de P4, esclarece que encaminhar envolve mais do que entregar um contato. O trabalho pode incluir a identificação de um serviço acessível, a verificação de informações e o acompanhamento do percurso após a indicação. P2 relata que a demanda pode chegar pelo próprio servidor ou por terceiros e distingue a oferta de acolhimento de uma convocação. P3 descreve a distribuição das demandas pela coordenação e a definição de prioridades para o primeiro contato.

Essa descrição permite distinguir duas decisões: quem aciona o serviço e quem aceita participar do acolhimento. A distinção importa quando a demanda parte da chefia, pois a origem do contato pode influir no que o servidor entende que se espera dele. Na perspectiva de Guirado (2009), a forma de convidar, escutar e encaminhar constitui a própria relação de cuidado. A ponte

se efetiva quando essa relação favorece o acesso a outro ponto da rede; a indicação de um serviço, isoladamente, não demonstra que o servidor foi atendido.

4.2 Escuta clínica e limites da intervenção

P2 reconhece o uso de uma escuta clínica, com levantamento da demanda e intervenções pontuais, e defende que questões que exigem aprofundamento sejam trabalhadas em psicoterapia fora da DAS. Uma de suas preocupações é a expectativa criada no servidor: quando um atendimento se aproxima do tratamento, ele pode passar a esperar a mesma oferta de todos os profissionais de uma equipe que reúne diferentes formações. A fronteira tem, nesse relato, uma função de orientação tanto para quem procura o serviço quanto para quem o presta.

As outras posições não são equivalentes. P3 admite o uso pontual de técnicas e a possibilidade de encontros mais frequentes em situações agudas, mantendo a expectativa de espaçamento e de cuidado externo. P4 relata recorrer a recursos clínicos breves durante alguns atendimentos. P1 descreve intervenções que ele próprio aproxima da psicoterapia e defende discutir a possibilidade de uma oferta breve e delimitada. P3, por sua vez, valoriza a possibilidade de o servidor ser escutado por alguém de fora do sistema. Esses relatos documentam diferenças de entendimento, sem estabelecer que toda intervenção pontual ou todo acompanhamento frequente constitua psicoterapia.

Essas diferenças também podem ser lidas a partir do lugar de quem escuta. Guirado (2012, p. 47) observa que o profissional ouve o paciente com as palavras de que dispõe, isto é, com a formação e as teorias que aprendeu a reconhecer como verdadeiras. A autora acrescenta que a escuta do terapeuta é possibilitada pelo lugar que ele ocupa, enquanto quem procura atendimento orienta sua fala pelas expectativas que formou em situações semelhantes (Guirado, 2012, p. 140). Por essa via, a preocupação de P2 com o que o servidor passa a esperar do serviço envolve a relação entre os lugares de quem atende e de quem é atendido, além da técnica empregada. As entrevistas não permitem, contudo, associar cada posição a uma orientação teórica.

O princípio dialógico (Morin, 2007, p. 25-26) ajuda a compreender por que a escuta que qualifica o encaminhamento também pode tornar difícil encerrar o acompanhamento. O vínculo favorece a continuidade do cuidado, mas sua finalidade precisa ser explicitada quando o tratamento ainda não começou ou a demanda se altera. A frequência dos encontros é um dado

relevante, embora insuficiente para qualificar a prática. Também importam a finalidade pactuada, o que se trabalha nos encontros e os critérios de reavaliação e encerramento.

4.3 O psicólogo também é servidor

P1 descreve desconfiança em parte dos contatos e relata perceber mudanças na maneira como alguns servidores chegam à diretoria. P2 e P4 mencionam o receio de que informações sobre o atendimento cheguem à chefia. P3 distingue o acompanhamento biopsicossocial do contato com chefias que atribui ao núcleo de saúde ocupacional e relata explicitar o sigilo no primeiro encontro. Em chave hologramática (Morin, 2007, p. 25), esse encontro com um núcleo pode reativar expectativas a respeito da organização mais ampla. Os relatos dão acesso à percepção dos profissionais sobre essa confiança, não à perspectiva direta dos servidores.

Guardadas as diferenças entre os contextos, Guirado (2012, p. 51) discute uma situação próxima ao tratar do atendimento psicológico a jovens internados na antiga FEBEM. Ali, quem é atendido desenvolve expectativas particulares em relação ao terapeuta, que podem chegar aos relatórios encaminhados ao juiz, e o terapeuta também traz expectativas e receios em relação a quem atende. Em outro texto, a autora descreve o psicólogo de um serviço de saúde como alguém cuja relação com o cliente é atravessada por diferentes práticas sociais e por lugares instituídos que se sobrepõem (Guirado, 2005, p. 24-25). Na DAS, o receio de que informações cheguem à chefia pode ser lido nessa chave, já que o servidor encontra um psicólogo que também ocupa um lugar na organização. Para a autora, aquilo que o cliente diz só pode ser trabalhado em sua singularidade quando se consideram os lugares e a "sobreposição de lugares quando duas práticas instituídas se articulam" (Guirado, 2012, p. 52).

Conhecer o ambiente de trabalho também pode ajudar a interpretar situações que seriam pouco inteligíveis para alguém de fora. P2 descreve o uso desse conhecimento para discutir, com o servidor, possibilidades de lidar com situações do trabalho. P3 reconhece o risco de tomar a própria experiência como medida da experiência do outro e relata recorrer à troca com colegas e à supervisão. A metáfora do sujeito-dobradiça ajuda a ler como a história profissional e o lugar ocupado na organização se articulam na escuta (Guirado, 2009, p. 329-330). O vínculo institucional pode oferecer referências úteis e, ao mesmo tempo, exigir cuidado para que a proximidade não produza pressuposições sobre quem é escutado.

4.4 Trabalho e sofrimento

P1 questiona a atribuição do sofrimento a uma causa única, mas também descreve condições nas unidades que, a seu ver, podem contribuir para o adoecimento. Ao falar do retorno ao trabalho após o afastamento, aponta a dificuldade de sustentar mudanças quando o contexto permanece o mesmo. P2 descreve situações em que um conflito no trabalho se soma a um sofrimento que já vinha se constituindo. P3 diferencia demandas ligadas ao trabalho de outras que também chegam à DAS. Assim, os relatos sustentam uma leitura que considera as condições laborais sem presumir a mesma trajetória para todos.

A ideia de recursividade (Morin, 2007, p. 25) ajuda a formular uma questão que os relatos deixam aberta: como os efeitos do sofrimento e do afastamento retornam ao cotidiano da equipe e às condições em que o servidor retoma o trabalho? P4 relata encaminhamentos a um serviço de saúde do trabalhador para que a relação entre trabalho e adoecimento possa ser investigada. As entrevistas não estabelecem esse nexo nem permitem distribuir responsabilidades em casos individuais. Na leitura de Guirado (2009), importa ainda observar a quem cada explicação atribui possibilidades de agir. A atenção ao percurso singular é compatível com a investigação das condições de trabalho e das respostas da organização.

4.5 Acesso à rede, acompanhamento e registro

P2 enfatiza as dificuldades para obter psicoterapia e atendimento psiquiátrico, em particular fora da capital, e P4 descreve situações em que os recursos disponíveis não correspondem à demanda apresentada. P1, P2 e P3 mencionam o Escuta SUSP como alternativa de encaminhamento; P2 e P3 apontam diferenças de acesso entre categorias profissionais. O estudo não verificou a cobertura do programa nem a disponibilidade de vagas. Na experiência relatada, o encaminhamento pode permanecer sem continuidade, exigindo nova avaliação sobre o acompanhamento na DAS.

Há parâmetros de trabalho, mas sua aplicação varia. P2 relata uma referência para casos leves e moderados e descreve exceções para casos graves ou prolongados. P3 menciona a possibilidade de intensificar temporariamente os encontros. P1 associa a dificuldade de conhecer a duração e o perfil dos acompanhamentos à dependência de planilhas e à falta de um sistema próprio. Essas diferenças pedem a distinção entre existência de orientações, possibilidade de aplicá-las a casos diversos e capacidade de registrar os percursos de atendimento.

Os relatos também mostram que o acolhimento individual pode informar ações coletivas. P4 descreve grupos e rodas de conversa organizados a partir de temas recorrentes nos

atendimentos; P1 aponta a dificuldade de registrar e avaliar os efeitos das ações preventivas. À luz de Morin (2007, p. 24-26), reunir informações de acolhimento, encaminhamento e prevenção pode ajudar a formular perguntas comuns à equipe. Os dados disponíveis, contudo, não permitem concluir que tais ações sejam eficazes ou que se trate de uma prática transdisciplinar já estabelecida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos relatos dos quatro profissionais, a DAS oferece acolhimento, orientação e acompanhamento do percurso de cuidado. A psicoterapia é descrita como externa à oferta regular, mas há divergências sobre o uso de recursos clínicos, a frequência dos encontros e a conveniência de oferecer tratamento no próprio serviço. A fronteira se torna especialmente visível quando o vínculo com o servidor já se estabeleceu e o acesso à rede ainda não se concretizou. Nesse cenário, finalidade e condições do acompanhamento explicam mais sobre o trabalho do que a duração dos encontros tomada isoladamente.

Guirado contribui para entender como o lugar de psicólogo e servidor configura a relação de confiança e as expectativas sobre o cuidado. Entre as saídas que imagina para um psicólogo diante de impasses em um serviço de saúde, Guirado (2005, p. 25-26) privilegia aquela que toma a tensão entre lugares como parte do trabalho possível e que trata o reconhecimento da relatividade da ação ao contexto como um exercício sempre retomado. Nessa perspectiva, as divergências entre os participantes podem servir de matéria para a discussão em equipe proposta a seguir. Morin ajuda a relacionar escuta, organização do trabalho e rede, preservando as tensões entre essas dimensões. Em termos práticos, os resultados sugerem discutir coletivamente o que é oferecido no primeiro contato, quando reavaliar acompanhamentos que se prolongam e como registrar o retorno dos encaminhamentos sem expor informações sensíveis. A articulação com a rede também merece atenção quando as opções de cuidado diferem por localidade ou categoria profissional.

O estudo se restringe a quatro profissionais de uma diretoria e não inclui as perspectivas de servidores atendidos, de outras profissões da equipe ou das chefias. As transcrições são preliminares e não distinguem com segurança todas as vozes. As interpretações têm, portanto, alcance exploratório. Estudos posteriores podem examinar como os próprios servidores compreendem o acolhimento e o sigilo e acompanhar o que ocorre entre a indicação de um serviço e o acesso efetivo ao cuidado. REFERÊNCIAS BARDIN, Laurence. Análise de

conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. GUIRADO, Marlene. Vértices da pesquisa em psicologia clínica. Psicologia USP, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 143-155, 1997. GUIRADO, Marlene. O caso do psicodiagnóstico: um estudo institucional. Psicologia USP, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 11-32, 2005. GUIRADO, Marlene. Psicologia institucional: o exercício da psicologia como instituição. Interação em Psicologia, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 323-333, jul./dez. 2009. DOI: 10.5380/psi.v13i2.9447. GUIRADO, Marlene. A análise institucional do discurso como analítica da subjetividade. São Paulo: Annablume; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. MORIN, Edgar. Desafios da transdisciplinaridade e da complexidade. In: AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa (org.). Inovação e interdisciplinaridade na universidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p. 22-28. VIARO, Renee Volpato; GUIRADO, Marlene; ALBANESE, Luciana. Subjetivação na formação em Psicanálise: uma análise institucional de discurso. Fractal: Revista de Psicologia, Niterói, v. 28, n. 2, p. 275-284, maio/ago. 2016. DOI: 10.1590/1984-0292/1185.

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Foi utilizada a ferramenta ChatGPT (OpenAI) como recurso auxiliar na organização textual e na adequação formal deste trabalho às normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). A utilização da ferramenta não implica transferência de autoria ou de responsabilidade acadêmica, que permanecem integralmente atribuídas aos autores do trabalho.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

GUIRADO, Marlene. Vértices da pesquisa em psicologia clínica. Psicologia USP, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 143-155, 1997.

GUIRADO, Marlene. O caso do psicodiagnóstico: um estudo institucional. Psicologia USP, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 11-32, 2005.

GUIRADO, Marlene. Psicologia institucional: o exercício da psicologia como instituição. Interação em Psicologia, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 323-333, jul./dez. 2009. DOI: 10.5380/psi.v13i2.9447.

GUIRADO, Marlene. A análise institucional do discurso como analítica da subjetividade. São Paulo: Annablume; Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

MORIN, Edgar. Desafios da transdisciplinaridade e da complexidade. In: AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa (org.). Inovação e interdisciplinaridade na universidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p. 22-28.

VIARO, Renee Volpato; GUIRADO, Marlene; ALBANESE, Luciana. Subjetivação na formação em Psicanálise: uma análise institucional de discurso. Fractal: Revista de Psicologia, Niterói, v. 28, n. 2, p. 275-284, maio/ago. 2016. DOI: 10.1590/1984-0292/1185.